

# ESTADO, TERCEIRA VIA E EDUCAÇÃO PARA O CONSENSO: QUE PACTO SOCIAL É ESSE?

Jorge Luís Moreira ALBERTO<sup>1</sup>

---

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia**: Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. 312p.

---

Organizada por Lúcia Maria Wanderley Neves, a coletânea **A nova pedagogia da hegemonia** amplia e transforma nosso entendimento e nossa compreensão sobre o modo pelo qual os fenômenos da “pedagogia da hegemonia” se manifestam concretamente no Brasil de hoje e os meios (explícitos e implícitos) utilizados pelo capital para impedir uma contra-hegemonia pela sociedade brasileira, frente às mudanças estruturais e superestruturais que se vem processando.

Fundamentados em Gramsci, os autores constroem um caminho de significações e reflexões, de extrema habilidade e profunda clareza, que nos permite uma ampla compreensão da totalidade social e do passado recente do Brasil, sobre o tema de ampliação do Estado brasileiro a partir dos anos 1980, no contexto de implantação e aprofundamento do modelo neoliberal de sociedade. As especificidades do novo bloco histórico (cujo conceito é utilizado para indicar a relação entre sociedade civil e Estado em sentido estrito), são definidas por um elenco de condições e contradições, esmiuçado pelos autores.

A chamada “Terceira Via”, teorizada entre outros pelo sociólogo britânico Anthony Giddens, é criticada na primeira parte do livro. Para os autores, os ideólogos da “Terceira Via” buscam transformar a sociedade civil em algo pretensamente situado para além do Estado e do mercado, ou seja, num “Terceiro Setor”, assim denominado pela ideologia dominante e dirigente (o chamado setor público não estatal), que se caracterizaria pelo voluntariado, pela filantropia e, sobretudo, pela redução das demandas sociais ao nível corporativo dos interesses particulares. Tal programa político é, pois, para os autores, o ponto de partida para a análise sobre a difusão, na sociedade brasileira,

---

<sup>(1)</sup> Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: jlma\_2112@yahoo.com.br



## Resenhas

dos novos ideais, idéias e práticas voltados para a construção de uma nova pedagogia da hegemonia: uma educação para o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação, adequados aos interesses privados do grande capital nacional e internacional.

O livro analisa os traços definidores de um variado e complementar movimento de repolitização da política, de redefinição da estrutura e da dinâmica eleitorais, bem como das práticas partidárias, viabilizado pela nova pedagogia da hegemonia dos anos de neoliberalismo, a qual se propõe: a estimular um tipo de participação de movimentos caracterizados por soluções individuais; dismantelar e/ou refuncionalizar os aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, restringindo o nível de consciência política e desqualificando os movimentos sociais; estimular a expansão dos grupos de interesses não diretamente ligados às relações de trabalho (defesa dos interesses das mulheres, homossexuais, crianças, jovens, terceira idade, raças e etnias e de valorização da paz e da ecologia).

Ao analisar as regras definidas e as estratégias oriundas do Consenso de Washington, os autores destacam a ação dos organismos internacionais – em especial do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) – de estímulo, pelo Estado em sentido estrito, à expansão quantitativa acelerada dos aparelhos privados de hegemonia voltados para a organização política no nível mais elementar de consciência política coletiva. Contextualizam a nova agenda da governação para o século XXI, que obrigou os países periféricos a direcionarem suas políticas para a garantia de empréstimos e pacotes de ajuda para o “desenvolvimento”, estimulando a realização de processos de privatização, de estabilização, liberalização do comércio, reformas tributária, financeira, trabalhista e previdenciária.

Se há um limite para o Estado, dentro da sociedade capitalista, de exercício pleno da cidadania por todos, o Estado de Bem Estar Social representa seu melhor exemplo. Este

perdeu espaço para o Estado neoliberal. De produtor de bens e serviços, o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil. De promotor direto da reprodução do conjunto da força de trabalho, passou a provedor de serviços sociais para uma parcela da sociedade definida agora como “excluídos”. Para o restante da população, o Estado transfigura-se em estimulador de iniciativas privadas de prestação de serviços sociais e de novas formas de organização social que desatrelam as várias formas de discriminação das desigualdades de classe. Os excluídos constituiriam um nítido potencial de protesto e insubmissão ao *status quo*, podendo, pois, representar a tentativa de estabelecimento de uma contra-hegemonia. Entretanto, ao serem transmutados em incluídos, passam a ser agraciados com os serviços sociais, tornando-se contribuintes, participantes e, fundamentalmente, colaboradores dos mecanismos de consenso, produzindo a convicção de que, efetivamente, não haveria excluído, e sim aquele ainda não incluído. Trata-se, de uma cidadania de “qualidade nova”, onde competitividade e solidariedade correm paralelas, abandonando-se a perspectiva de classe e executando tarefas paliativas de amenização da miséria local.

Os autores dão destaque ao apelo à responsabilidade social de cada indivíduo, grupo ou comunidade, constituindo-se em importante estratégia de minimização dos efeitos da superexploração a que está submetida boa parcela da classe trabalhadora mundial em conseqüência dos efeitos do desemprego estrutural e da precariedade das relações de trabalho. Tal apelo consubstancia a estratégia de retração da participação popular aos limites de um pacto social no qual capital e trabalho procuram humanizar as relações sociais vigentes de exploração, expropriação e de dominação. Desvaloriza-se a igualdade enquanto valor primordial da convivência social e, em seu lugar, consolida-se a liberdade individual como valor moral radical.

A nova pedagogia da hegemonia, constituída pelas modificações no padrão de ociden-

talização europeu que teve início no período fordista de desenvolvimento capitalista, para o modelo de ocidentalização de tipo “americano”, revela as mudanças qualitativas que se vêm processando mundialmente no modo de produção social capitalista nas últimas décadas do século XX e nos anos iniciais deste século. Se, nas sociedades capitalistas, o poder emana das relações sociais de produção na sociedade civil (estrutura) e é exercido pelo Estado, ou sociedade política (superestrutura política), é através da disputa pela direção da sociedade que as classes sociais (aparelhos privados de hegemonia) obterão maiores ou menores chances de convencerem a totalidade da sociedade quanto à legitimidade de seus interesses específicos. Nesse sentido, o Estado redefine suas funções, acrescentando às tarefas de comando, governo e domínio a função de direção cultural e política das classes dominadas (hegemonia civil), por meio da adesão espontânea (consenso), passiva e indireta e/ou ativa e direta ao projeto de sociabilidade da classe dominante e dirigente. Organizada conforme a concepção de mundo dessa classe, a escola, no Estado capitalista, influenciada por outros projetos político-pedagógicos, vem demandando uma educação do “novo homem” para que ele, dentre outras práticas, sinta-se responsável individualmente pela amenização de uma parte da miséria do planeta e pela preservação do meio ambiente.

Globalmente, embora de forma minoritária, aparelhos privados de hegemonia proletária - partidos, sindicatos, movimentos sociais e até algumas organizações não-governamentais, surgidas como novos sujeitos políticos coletivos - continuam sua tarefa de persuadir o conjunto da população de que um outro mundo é possível.

Se o neoliberalismo já se apresentava ultrapassado desde os anos 1990 para os principais organismos internacionais, ainda que, para outras instâncias, ele acenasse a bandeira de vencedor, os autores consideram que os aparelhos privados de hegemonia guardam em si mesmos a possibilidade de, conforme a conjuntura histórica, responder contraditoriamente

a determinadas demandas e orientações, abrindo espaço para a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia.

Na metamorfose da sociedade civil, vivenciada por muitos, os autores vão dando sentidos às diversas ações deflagradas na ordem do projeto de sociabilidade neoliberal e/ou que a ele favoreceram, as quais são ricas e fundamentadamente tratadas no livro e podem ser identificadas nos seguintes excertos: etapa de ajuste econômico, encerrada com a implementação do Plano Real; o fim da reserva de mercado de informática; o desmonte do aparato de ciência e tecnologia; difusão da ideologia da qualidade total; a criação do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (Mare), no início do primeiro mandato de FHC; os meandros que envolveram a criação do Programa Comunidade Solidária e, na seqüência, da Organização *Comunitas*, no governo FHC, o qual desempenhou papel fundamental na criação da Lei do Voluntariado e na criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips); a continuidade das reformas estruturais adotadas pelo governo Lula; a mobilização em torno do Programa Fome Zero; a difusão de uma nova cultura cívica através da mídia, da escola e das igrejas, em especial a Igreja Católica, por meio do estímulo ao desenvolvimento de ações denominadas de responsabilidade social; os processos de transformações das organizações sindicais; as atividades sociais desenvolvidas pelas organizações Globo; as atividades da Fundação Abrinq; o Instituto Ethos de Responsabilidade Social; a criação da ONG *International Organization for Standardization* que adotou a sigla ISO como identificador internacional e medida regulatória: padrões certificáveis para as empresas que desenvolvem ações afinadas com a ideologia da responsabilidade social; a recente instituição da Parceria Público-Privada (PPP), com o objetivo de redefinir a forma de relacionamento entre o Estado e as empresas privadas para fins de prestação de serviços públicos; a formação, pela escola, do cidadão-consumidor, futuro trabalhador; dentre outras.

Por fim, através de pesquisa empírica, os autores mostram, o resultado de um trabalho de grupo e que envolveu o Coletivo de Estudos de Política Educacional da Universidade Federal Fluminense. Nos estudos de caso, são selecionadas quatro experiências desenvolvidas que refletem a difusão da nova pedagogia de hegemonia, a operação ideológica que busca obter o consenso das classes subalternas para a conservação de políticas de interesse do grande capital, examinando: as diretrizes para a construção de uma nova cultura cívica presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica e as proposições das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, as quais apresentaram fundamentos do pensamento complexo de Edgard Morin; as atividades pedagógicas da Fundação Belgo-Mineira para educar as novas gerações de trabalhadores matriculados na rede pública municipal, segundo seus ideais, idéias e práticas, explicitamente de estímulo à competitividade e ao estabelecimento de plano gerencial e de premiação aos atores institucionais; a doutrina e a prática da Igreja Católica nas ações de filantropia no Brasil de FHC e Lula da Silva, com uma presença

que o livro aponta como capaz de observar, a contento, os movimentos da história; e a experiência da Vila Olímpica da Maré (Rio de Janeiro), como política pública de esporte em favelas, que se caracteriza como importante mecanismo de obtenção de consenso popular, na medida em que serve para divulgação de projetos com concepções de mundo que não levam à problematização crítica das difíceis condições de vida, não apenas na Maré, mas na sociedade em geral. Ao apontar novos processos em andamento na linha da regulação da prestação de serviços no âmbito do governo Lula, o livro nos revela a criação de novas agências reguladoras para as áreas culturais, que podem vir a se constituir em um reforço eficiente às estratégias já implementadas de consolidação da pedagogia de hegemonia.

A **nova pedagogia da hegemonia** constitui leitura necessária para a compreensão do quadro atual, representativo da “pequena política” gramsciana (as questões parciais e cotidianas que evitam pôr em disputa os fundamentos da ordem social) em contra-ponto ao retrocesso da “grande política” (as lutas pela defesa, conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais).